

# eduser

## Educação brasileira na primeira república: produção académica em periódicos de História da Educação

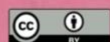
Brazilian Education in the first republic:  
academic production in journals on the  
history of education

ALEXANDRE SHIGUNOV NETO, SOLANGE FRANCI RAIMUNDO YAEGASHI,  
TEREZINHA OLIVEIRA

ISSN 1645-4774 | e-ISSN 2183-038X

<https://www.eduser.ipb.pt>

 **ipb** INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA  
Escola Superior de Educação



## Educação brasileira na primeira república: produção acadêmica em periódicos de História da Educação

Brazilian education in the first republic: academic production in journals on the History of Education

ALEXANDRE SHIGUNOV NETO<sup>1</sup>, SOLANGE FRANCI RAIMUNDO YAEGASHI<sup>2</sup>, TEREZINHA OLIVEIRA<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Instituto Federal de São Paulo (IFSP), 0000-0002-0633-5237, shigunov.ifsp.edu@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Maringá (UEM), 0000-0002-7666-7253, solangefry@gmail.com

<sup>3</sup> Universidade Estadual de Maringá (UEM), 0000-0001-5349-1059, teleoliv@gmail.com

**RESUMO:** Este artigo teve como objetivo mapear e analisar os estudos sobre a educação brasileira na Primeira República, publicados entre 2000 e 2022, em três periódicos da área de História da Educação, a fim de verificar as principais temáticas discutidas e os autores mais referenciados nesses periódicos. Concernente ao procedimento metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo estado da arte. Foram encontrados um total de 2.033 artigos. Aplicados os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 504 que versavam sobre educação na Primeira República. Para a análise dos dados, foram utilizadas categorias de análise. Os resultados evidenciam que as categoriais mais discutidas pelos artigos selecionados foram: Instituições escolares, com 34,52% dos estudos, seguida de Trabalho docente (15,28%), Livro didático (14,68%) e Intelectuais da Educação (14,09%). Concluiu-se que os estudos do tipo estado da arte fornecem uma visão geral do que vem sendo investigado no campo e, ao mesmo tempo, permite-nos identificar possíveis lacunas ainda existentes. Sob esse aspecto, um estudo como este traz relevantes contribuições para a História da Educação, porque apresenta um balanço dos estudos e indica espaços nos quais será possível ampliar as investigações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação brasileira; Primeira república; Reformas educacionais; Trabalho docente; Estado da arte.

**ABSTRACT:** This study aimed to map and analyze the studies on Brazilian education in the First Republic, published between 2000 and 2022, in three periodicals in the field of History of Education, to verify the main themes discussed and the most referenced authors in them. Concerning the methodological procedure, this is a state-of-the-art bibliographic study. A total of 2033 articles were found. After applying the inclusion and exclusion criteria, 504 were selected that dealt with education in the First Republic. For data analysis, categories of analysis were used. The results show that the categories most discussed by the selected articles were school institutions, with 34.52% of the studies, followed by teaching work (15.28%), textbooks (14.68%), and intellectuals of education (14.09%). It was concluded that state-of-the-art studies provide an overview of what has been investigated in the field and, simultaneously, allow us to identify possible gaps that still exist. In this regard, a study such as this one brings relevant contributions to the History of Education because it presents a balance of studies and shows spaces in which it will be possible to expand investigations.

**KEYWORDS:** Brazilian education; First Republic; Educational reforms; Teaching work; State-of-the-art.

## 1 - Introdução

A Primeira República constitui-se como um dos marcos fundamentais da História e da História da Educação brasileira; logo, sempre que se reflete sobre esse período, é possível recuperar a memória do país. Assim, o estudo desse período deve considerar a conjuntura política do período que marcou a divisão entre dois modos distintos de Estado, que foi a transição do Estado Imperial para o Estado Republicano, além de marcar uma série de disputas políticas entre os incipientes movimentos operários e as ‘forças de poder instituídas’, como o caso da Igreja católica (Bilhão, 2015; Mendes, Oliveira & Perin, 2016). Depreende-se, desse modo, que se trata de uma época ‘peculiar’ da nossa história, portanto é perfeitamente justificável o volume de estudos sobre a História e a História da Educação, conforme registrado nos periódicos analisados neste artigo.

Um dos principais acontecimentos desse momento de transição, segundo os estudos analisados, foi a instituição do Governo Provisório. Chefiado por Marechal Deodoro da Fonseca, ele foi determinado pelo Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, e permaneceu até janeiro de 1891, quando seus membros pediram exoneração. Dentre as principais providências tomadas pelo Governo Provisório, destacam-se: a transformação das províncias em Estados; a subordinação das forças armadas ao novo regime; o estabelecimento da sede do Governo Federal no Rio de Janeiro; a abolição da vitaliciedade senatorial; a extinção da Câmara dos Deputados e do Senado; o reconhecimento dos compromissos assumidos pelo Governo Imperial; a instituição da bandeira republicana; o estabelecimento da grande naturalização, para todos os estrangeiros que a desejassem; a convocação de uma Assembleia Constituinte, para a elaboração da Constituição Republicana; a separação entre a Igreja e o Estado e a instituição do casamento civil; a reforma no Código Penal; dentre outras (Shigunov Neto, 2015; Shigunov Neto, Carvalho & Yaegashi, 2022).

Com efeito, a Primeira República foi um período de transição de uma sociedade essencialmente agrária para uma sociedade industrial. Caracterizou-se por lutas pela hegemonia e manutenção da estrutura de poder – luta entre a situação (representada pelo grupo sustentado pela sociedade agrário-exportador) – e pela oposição (que lutava pela consolidação de uma sociedade pautada no modelo urbano-industrial). Além das mudanças estruturais na economia, esse período foi marcado por intensas crises políticas, de caráter ideológico (Fausto, 1997; Shigunov Neto, 2015; Nagle, 2003).

Com a criação do Governo Provisório foi proclamada, como forma de governo do Brasil, a República Federativa, estabelecendo-se as normas pelas quais se deveriam reger os Estados Federais.

Durante a ‘Primeira República’, tivemos dois grandes movimentos de ideias a respeito da necessidade de abertura e aperfeiçoamento de escolas: aqueles movimentos que chamamos de o ‘entusiasmo pela educação’ e o ‘otimismo pedagógico’. O primeiro movimento solicitava a abertura de escolas. O segundo se preocupava com os métodos e conteúdos do ensino. Tais movimentos se alternaram durante a ‘Primeira República’ e em alguns momentos se complementaram (Ghiraldelli Júnior, 2015, p. 39).

Dentre as profundas mudanças que ocorreram na Primeira República (1889-1929), as questões da educação estavam no epicentro. Dessa maneira, após um período de escassas e insuficientes reformas educacionais, processadas durante o Império, verificou-se, na Primeira República, um período de intensas discussões e apresentações de propostas de reformas educacionais em todos os níveis, mesmo que por meio de medidas dispersas e isoladas (Ribeiro, 1998).

O processo de consolidação da organização escolar brasileira não pode ser compreendido como um facto isolado, pois esteve vinculado, principalmente a partir da década de 1920, ao processo de urbanização e de industrialização do país. Essa questão se coloca à medida que a educação passa a ser entendida como um fator primordial para que o país enfrentasse a complexidade dos novos tempos promovidos pelo surto do desenvolvimento.

Apesar da consciência da relevância da criação de um sistema escolar eficiente, as medidas de curto e médio prazo não surtiram os efeitos esperados, pois o que ocorreu foi a criação de escolas públicas para atender ao aumento do número de pessoas que procuravam vagas nos estabelecimentos públicos de ensino (Shigunov Neto, 2015).

Conforme destaca Antunha (1973) o período republicano é marcado pela tentativa de implantação de um sistema educacional que possibilitasse ao país se desenvolver.

No entanto, como já foi indicado, embora a linha geral dos debates do final do Império apontasse na direção da construção de um sistema nacional de ensino colocando-se a instrução pública, com destaque para as escolas primárias, sob a égide do governo central, o advento do regime republicano não corroborou essa expectativa. Seja pelo argumento de que, se no Império, que era um regime político centralizado, a instrução estava descentralizada, a *fortiori* na República Federativa, um regime político descentralizado, a instrução popular deveria permanecer descentralizada; seja pela força da mentalidade positivista no movimento republicano; seja pela influência do modelo norte-americano; seja principalmente pelo peso económico do setor cafeeiro que desejava a diminuição do poder central em favor do mando local, o certo é que o novo regime não assumiu a instrução pública como uma questão de responsabilidade do governo central, o que foi legitimado na primeira Constituição republicana. Ao estipular, no artigo 35º, que incumbe ao Congresso Nacional, ainda que não privativamente, “criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados” (inciso 3º) e “prover a instrução secundária no Distrito Federal” (inciso 4º), a Constituição, embora omissa quanto à responsabilidade sobre o ensino primário, delegava, aos estados, competência para legislar e prover esse nível de ensino. Assim, foram os estados que tiveram de enfrentar a questão da difusão da instrução mediante a disseminação das escolas primárias (Saviani, 2013, p. 170-171).

A constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, inspirou-se nos princípios da Constituição dos Estados Unidos, da Argentina e da Suíça, reafirmando os princípios apregoados por sua predecessora, contudo sob uma nova forma de Governo.

Embora a Constituição de 1891 tenha assegurado a laicidade da instrução, ela não se posicionou sobre a questão da sua gratuidade, denotando-se, assim, a intenção de o Governo Central se eximir de sua obrigatoriedade em oferecer instrução primária, característica esta já presente desde o Ato Adicional de 1834 (Nogueira, 1999).

Ao ter em vista a expansão do voto a todos os brasileiros alfabetizados, decretada pelo Governo Provisório, e, posteriormente, o artigo 70º da Constituição de 1891, que proibia que analfabetos usufríssem do direito de voto, a Primeira República tinha um grave problema a enfrentar. Ao mesmo tempo em que apregoava o direito ao voto, como direito adquirido do cidadão, deparava-se com uma taxa de, aproximadamente, 20% aptas para serem votadas.

Portanto, as reformas e tentativas de reformulação do ensino secundário e técnico empreendidas no período da Primeira República foram caracterizadas pelo seu caráter fragmentário e dispersivo, que acabaram por não impor as alterações necessárias.

Pode-se inferir que, durante a Primeira República, a preocupação com a expansão e democratização do ensino brasileiro, evidenciada nas discussões e nos discursos de parlamentares e presidentes, em um primeiro momento, estava vinculada à necessidade de consolidar os ideais republicanos, conclamando, dessa maneira, a educação para diminuir o analfabetismo e, com isso, oportunizar ao grande contingente de pessoas analfabetas o direito de votarem. Já em um segundo momento, a educação é convocada para colaborar com o processo, ainda incipiente, de industrialização nacional, por intermédio da qualificação de mão de obra. Destarte, no período correspondente à Primeira República, a educação nacional teve duas funções idênticas com o intuito de obter resultados distintos: inicialmente, destina-se à formação do cidadão nacional (com direitos políticos), para, posteriormente, destinar-se à formação do trabalhador nacional (Bilhão, 2015).

Ainda, cabe ressaltar que as iniciativas de reformas e as transformações ocorridas nos níveis de ensino primário, médio e técnico-profissionalizante, durante a Primeira República, apresentaram, como traços marcantes, o caráter fragmentário e dispersivo de suas medidas, motivo pelo qual não implicaram alterações qualitativa e quantitativamente significativas sobre a educação brasileira. Desse modo, em função da estrutura política, económica e social brasileira da época, esse nível de ensino apresentava, como peculiaridades, o seu caráter conturbado, fragmentado, disperso, pouco desenvolvido e discriminatório.

A vinculação do ensino médio e profissional ao período dominado pela hegemonia agrário-exportador pode explicar o motivo de esses níveis de ensino serem destinados, exclusivamente, aos grupos sociais de baixa renda da sociedade. Como a cafeicultura dominava a economia nacional e as suas necessidades de mão de obra não exigiam uma qualificação específica dos trabalhadores, pouca atenção foi dada à educação nacional, em específico ao ensino médio e técnico-profissional. Esse facto permaneceu enquanto a industrialização não teve impulso suficiente para exigir novas qualificações dos trabalhadores e um contingente grande de mão de obra para suprir as suas necessidades.



A crise económica agrava a crise política da sucessão de 1929-1930, que culminou com a queda da Primeira República, em 1930. No âmbito económico e financeiro, a Primeira República foi marcada por ajustes fiscais que visavam a minimizar os desequilíbrios provocados pela grande vulnerabilidade da economia brasileira, que, baseada, exclusivamente, nas exportações do café, era sensível às abruptas alterações do mercado internacional. Entretanto, as medidas governamentais previam apenas os ajustes fiscais que se limitavam ao controle de despesas, não implementando reformulações tributárias que viessem a tornar o país menos dependente dos impostos decorrentes das exportações (Fausto, 1997).

A educação brasileira, na Primeira República, tornou-se objeto de estudo de pesquisadores e já se consolidou como uma temática importante da História e Historiografia da Educação, principalmente, a partir do início da década de 1980, com destaque para: Carvalho (1989; 2003), Ribeiro (1998), Faria Filho e Vidal (2000), Nagle (2003), Vidal e Faria Filho (2003), Faria Filho e Vidal (2004), Cunha (2007), Lombardi e Saviani (2007), Schueler e Magaldi (2009). Todavia, poucos são os estudos do tipo “estado da arte” sobre essa temática. Esta constatação direciona a questão orientadora deste artigo, a saber: o que se tem produzido sobre a educação brasileira na Primeira República? Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é mapear e analisar os estudos sobre a educação brasileira na Primeira República, publicados entre 2000 e 2022, em três periódicos da área de História da Educação, a fim de verificar as principais temáticas discutidas e os autores mais utilizados para embasar esses trabalhos.

### Procedimentos metodológicos

As pesquisas do tipo “estado da arte” ou “estado do conhecimento” se caracterizam como sendo um estudo de caráter bibliográfico, cujo objetivo é mapear e discutir a produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento em determinado período (Ferreira, 2002; Salem, 2009; 2012; Severino, 1986; Megid Neto, 1999; Cachapuz, 2003; Romanowski & Ens, 2006; Megid Neto & Carvalho, 2018; Shigunov Neto, 2022).

Com base nos pressupostos desse tipo de pesquisa, este estudo foi desenvolvido a partir da realização de um levantamento dos artigos sobre a História da Educação brasileira na Primeira República publicados em três periódicos nacionais: *História da Educação*, *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE) e *Cadernos de História da Educação*. A escolha por esses periódicos ocorreu, principalmente, por serem importantes veículos de divulgação científica da área de História da Educação e por serem classificados no Quadriênio 2017-2020 do sistema Qualis-Capes como A1 e A2 na área de Educação.

As buscas foram realizadas por meio do sistema de busca do próprio periódico seguindo estas etapas: 1) pesquisa pelas palavras/expressões “Primeira República” e “República” nos títulos dos artigos; 2) leitura dos resumos dos trabalhos; 3) contagem e seleção dos artigos que mencionam educação na Primeira República ou que, no resumo, apresentem indícios de que se tratam desse período da educação nacional; 4) contagem dos autores que mais publicaram sobre a educação brasileira na Primeira República no período do recorte temporal especificado (2000 a 2022); 5) análise qualitativa dos artigos selecionados por meio da leitura destes.

Para organizarmos e classificarmos os artigos de acordo com as suas temáticas, estabelecemos algumas categorias. Na Tabela 1 apresentamos as seis categorias utilizadas para a análise dos dados da pesquisa e a descrição dos artigos que estão associados a cada uma delas.

**Tabela 1**

*Categorias utilizadas para a análise dos artigos selecionados.*

<b>Categorias</b>	<b>Tipo de artigo selecionado para compor a categoria</b>
Políticas Públicas na Primeira República	Artigos que englobam pesquisas sobre as políticas de formação docente, as políticas educacionais, as reformas educacionais e curriculares da instrução pública na Primeira República.
Instituições Escolares na Primeira República	Artigos que englobam pesquisas sobre as escolas públicas, as escolas privadas, a cultura escolar, a administração escolar, as bibliotecas, os espaços informais de educação, os museus e as instituições escolares presentes na Primeira República.
Trabalho docente	Artigos que investigam aspectos associados à formação de professores, à prática docente, aos saberes docentes, ao processo de ensino-aprendizagem, à atuação docente em sala de aula.

Livro didático	Artigos dedicados a estudar questões sobre o livro didático, os materiais didáticos, os manuais utilizados pelos professores na Primeira República e suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem.
Intelectuais da Educação	Artigos que investigam pesquisadores e profissionais que desempenharam papel importante na educação brasileira durante a Primeira República.
Modalidades de ensino	Artigos que abordam as modalidades da instrução pública, tais como o ensino primário, o ensino secundário, o ensino rural e o ensino profissionalizante.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Como critério de inclusão, apenas foram selecionados os artigos publicados em língua portuguesa e que respondiam à questão orientadora deste estudo. Como critério de exclusão, foram eliminados os estudos que não estavam de acordo com o que se pedia na questão orientadora e que não faziam menção à educação brasileira na Primeira República.

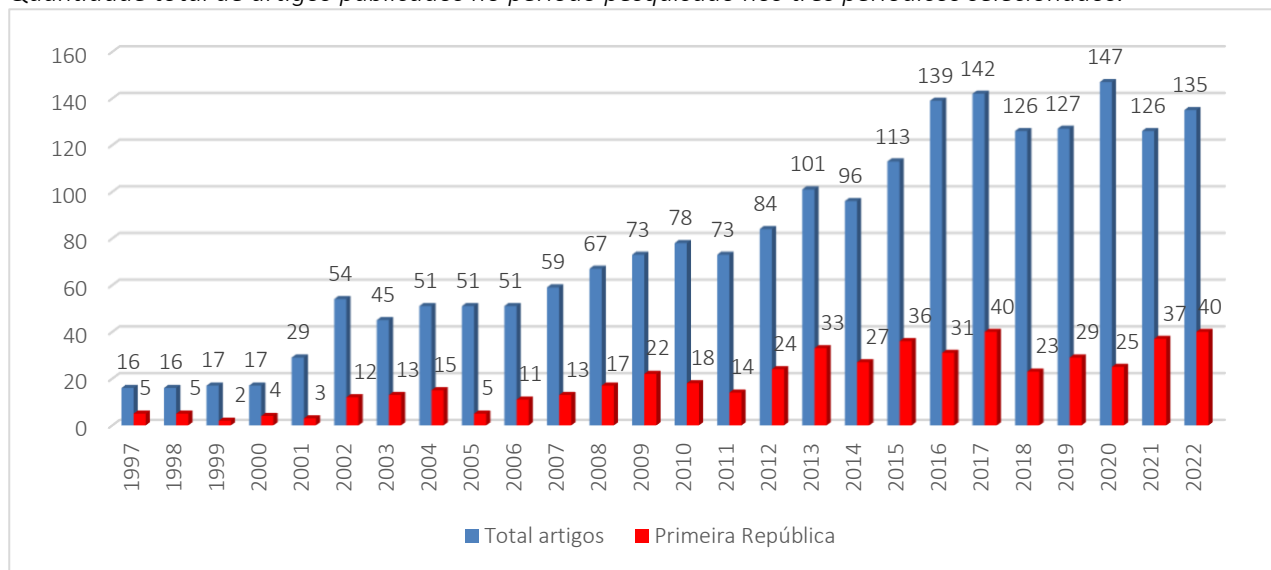
### Resultados e análise

No período delimitado para as buscas nos três periódicos escolhidos, foram publicados 2.033 artigos. Aplicados os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 504 artigos que versavam sobre educação na Primeira República, o que representa o facto de que, por ano, publicou-se uma média de 70,19 artigos nas revistas e 19,38% sobre educação na Primeira República.

Faremos, primeiramente, a análise geral de todos os periódicos pesquisados para, em momento posterior, apresentar a análise individual de cada periódico.

**Figura 1**

*Quantidade total de artigos publicados no período pesquisado nos três periódicos selecionados.*



Fonte: Elaborada pelos autores.

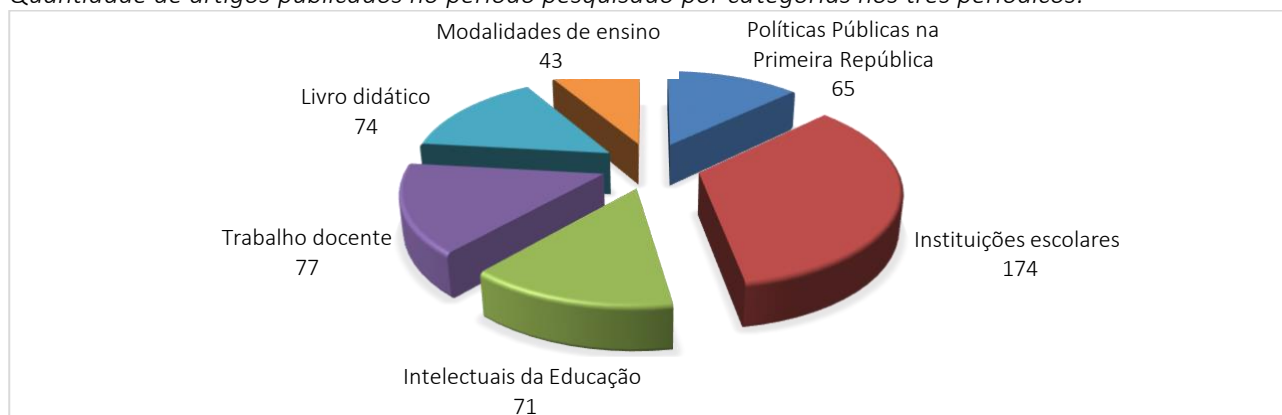
Observa-se, na Figura 1, que os anos que tiveram, proporcionalmente, uma maior quantidade de trabalhos apresentados sobre o período da Primeira República, nos periódicos, pesquisados foram: 2013 (32,67%), 2015 (31,86%), 1997 (31,25%), 1998 (31,25%) e 2009 (30,17%). Os anos com menores percentuais foram: 2005 (9,80%), 1999 (11,76%), 2020 (17,01%), 2018 (18,25%) e 2011 (19,18%).

Em relação à taxa de crescimento das publicações de artigos sobre educação na Primeira República, os anos com maiores crescimentos foram: 2001-2002 (75%), 2005-2006 (54,54%) e 1999-2000 (50%). Por outro lado, nos anos de 2004-2005 (-2000%), 1998-1999 (-150%) e 2017-2018 (-73,91%), houve um decréscimo nas publicações.

De forma geral, é possível constatar um crescimento contínuo dos trabalhos sobre História da Educação publicados nos periódicos pesquisados, revelando um certo crescimento em termos absolutos a cada 3 anos e, depois, uma retração de 1 ou 2 anos na publicação dos artigos.

**Figura 2**

*Quantidade de artigos publicados no período pesquisado por categorias nos três periódicos.*



Fonte: Elaborada pelos autores.

Pela leitura da Figura 2 é possível observar que as temáticas mais discutidas pelos artigos selecionados foram: ‘Instituições escolares’, com 34,52% dos estudos, seguida de ‘Trabalho docente’ (15,28%), ‘Livro didático’ (14,68%) e ‘Intelectuais da Educação’ (14,09%).

A categoria com maior quantidade de artigos publicados nos periódicos e no período pesquisado foi ‘Instituições escolares’, com 174 estudos, o que representa 34,52% dos trabalhos. Nessa categoria, inserimos os artigos que englobam pesquisas sobre as escolas públicas, as escolas privadas, a cultura escolar, a administração escolar, as bibliotecas, os espaços informais de educação, os museus e todas as instituições escolares presentes na Primeira República. Podemos destacar alguns autores que se dedicaram a pesquisar essa temática: Araujo e Gatti Júnior (2002), Nascimento et al. (2007), Souza (2004), Nosella e Buffa (2013).

A categoria ‘Trabalho docente’ foi a segunda mais encontrada nos artigos pesquisados, presente em 77 (15,28%) artigos dos periódicos pesquisados. De facto, diversas publicações têm discutido a respeito do trabalho docente. Essa categoria trata, especialmente, do trabalho pedagógico dos professores em sala de aula, de sua prática pedagógica, abordagens didáticas e dificuldades de ensino. Em várias áreas de conhecimento, essa temática é muito explorada e, tal perspectiva, está de acordo com as publicações atuais relacionadas ao ensino em diversas áreas de conhecimento que discutem, especificamente, o trabalho docente.

Podemos encontrar inúmeros pesquisadores nacionais e internacionais preocupados em suas pesquisas com as questões relacionadas à prática docente; dentre eles, destacam-se: Cunha (1996), Veiga (1996; 2006), Zabalza (1998; 2003), Nóvoa (2002), Perrenoud (2002; 2012; 2013), Tardif (2007), Formosinho (2009), Pimenta (2011; 2012), Pimenta e Franco (2010), Candau (2011), Tardif e Lassard (2011; 2012), Contreras (2012), Gil-Pérez, Carvalho e Cachapuz (2012), Imbernón (2012), Charlot (2013), Libâneo (2013), André (2016), Gatti (2016), Marin (2016), Franco (2017), Zeichner e Diniz-Pereira (2017).

74 (14,68%) artigos foram alocados na categoria ‘Livro didático’, artigos dedicados a estudar questões sobre o livro didático, os materiais didáticos, os manuais utilizados pelos professores na Primeira República e as suas implicações para o processo de ensino-aprendizagem. Conforme evidenciamos com a lista de trabalhos a seguir, o livro didático tem sido foco de pesquisas em várias áreas de conhecimento: Hallewell (1985), Bittencourt (1993), Gatti Júnior (1998), Megid Neto e Fracalanza (2003).

A categoria ‘Intelectuais da Educação’, constituída por artigos que investigam pesquisadores e profissionais que desempenham papel importante na educação brasileira durante a Primeira República, esteve presente em 71 (14,09%) estudos. Dentre os autores que se dedicam a estudar essa temática, destacam-se: Bomeny (2000), Cury (2003), Saviani (2013), Carvalho (2004), Fávero (2006), Rego (2018), Vieira, Strang e Osinski (2015).

A categoria ‘Políticas Públicas na Primeira República’, a qual envolve artigos que englobam pesquisas sobre as políticas de formação docente, as políticas educacionais, as reformas educacionais e curriculares da instrução pública na Primeira República, esteve presente em 65 (12,90%) artigos do total pesquisado. Podemos destacar alguns autores nacionais e internacionais que se dedicam a pesquisar essa temática: Gatti

(2000), Goergen e Saviani (2000), Sacristán (2000), Silva (2000), Goodson (2001; 2008; 2013), Menezes (2001), Moreira (2001; 2011; 2013; 2014; 2015), Evangelista e Moraes (2004), Apple (2006), Pacheco (2007), Bastos e Nardi (2008), Mainardes e Ball (2011), Rego (2011), Zeichner (2013), Pacheco e Oliveira (2016) e Lopes e Macedo (2017).

Por fim, a categoria 'Modalidades de ensino', na qual foram inseridos artigos que abordam as modalidades da instrução pública no período republicado, tais como o ensino primário, o ensino secundário, o ensino rural, o ensino profissionalizante e a educação superior, esteve presente em 43 (8,53%) estudos. Dentre os autores que discutem essa temática, destacam-se: Mizukami e Reali (2002), Perez (2013) e Mussio (2020).

A Tabela 2 apresenta os 15 pesquisadores com maior número de publicações sobre educação na Primeira República nos periódicos considerados e no período examinado.

**Tabela 2**

*Autores que mais publicaram nos períodos considerados.*

Autores	Quantidade	IES
Terciane Ângela Luchese	12	UCS
Lúcio Kreutz	11	UCS
Elomar Antonio Callegado Tambara	10	UFPeI
Wenceslau Gonçalves Neto	9	UFU
André Luiz Paulilo	9	UNICAMP
Carlos Henrique de Carvalho	8	UFU
Giana Lange do Amaral	8	UFPeI
Vera Lucia Gaspar da Silva	8	UDESC
Cynthia Greive Veiga	7	UFMG
Ana Clara Bortoleto Nery	6	UNESP
Patrícia Weiduschadt	6	UFPeI
Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro	6	UFU
Décio Gatti Júnior	5	UFU
Geisa Magela Veloso	5	UFMG
Wagner Rodrigues Valente	5	UNIFESP

Fonte: Elaborada pelos autores.

Pela análise da Tabela 2 verificamos que há uma concentração de pesquisadores de poucas Instituições de Ensino Superior (IES) reconhecidas e formadoras de pesquisadores na área de História da Educação, dentre os quais, destacam-se: 1) Universidade Federal de Uberlândia (UFU): Carlos Henrique de Carvalho, Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro, Décio Gatti Júnior e Wenceslau Gonçalves Neto; 2) Universidade Federal de Pelotas (UFPeI): Elomar Antonio Callegado Tambara, Giana Lange do Amaral e Patrícia Weiduschadt; 3) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): Geisa Magela Veloso e Cynthia Greive Veiga; 4) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP): André Luiz Paulilo; 5) Universidade de Caxias do Sul (UCS): Lúcio Kreutz e Terciane Ângela Luchese; 6) Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC): Vera Lucia Gaspar da Silva; 7) Universidade Estadual Paulista (UNESP): Ana Clara Bortoleto Nery; 8) Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP): Wagner Rodrigues Valente.

Na Tabela 3 apresentamos os 40 pesquisadores que mais foram citados nos artigos investigados nos periódicos e períodos estudados.

**Tabela 3**

*Autores que fundamentam os trabalhos nos três periódicos pesquisados.*

Autores	Quantidade
Marta Maria Chagas de Carvalho	128
Rosa Fátima de Souza	114
Luciano Mendes Faria Filho	105
Roger Chartier	102
Diana Gonçalves Vidal	86



Maria Helena Câmara Bastos	84
Antonio Viñao Frago	74
Michel de Certeau	73
Jorge Nagle	71
António Nóvoa	68
Pierre Bourdieu	66
José Gonçalves Gondra	65
Jacques Le Goff	62
Dermeval Saviani	60
Michel Foucault	59
Denice Bárbara Catani	58
Eliane M. T. Lopes; Luciano M. Faria Filho; Cynthia G. Veiga	56
Cynthia Greive Veiga	55
Fernando de Azevedo	47
Manoel Bergstrom Lourenço Filho	45
Carlos Monarcha	43
Vera Teresa Valdemarim	43
Clarice Nunes	42
Lúcio Kreutz	40
Dominique Julia	36
Marcus Levy Albino Bencosta	32
André Chervel	31
Maria Stephanou	31
Mirian Jorge Warde	31
Circe Bittencourt	30
Luiz Antônio Cunha	30
Carlos Roberto Jamil Cury	29
Eric Hobsbawm	29
Elomar Antonio Callegaro Tambara	29
Décio Gatti Junior	28
Maria Lúcia Spedo Hilsdorf	26
José Carlos S. Araujo	24
Primitivo Moacyr	22
Ester Buffa	21
Terciane Ângela Luchese	21

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na análise qualitativa dos artigos pesquisados visamos identificar os autores que têm sido utilizados para fundamentar os trabalhos sobre a educação brasileira na Primeira República publicados nos periódicos e períodos examinados. Para ser considerado nessa contagem, bastava que o autor fosse citado ao longo do artigo em, pelo menos, uma publicação.

Pela análise da Tabela 3 destacamos alguns pontos que consideramos importantes para análise e reflexão, nomeadamente: 1) a pesquisadora Marta Maria Chagas de Carvalho, da Universidade de São Paulo, foi a mais citada e referenciada nos trabalhos pesquisados, com 94 referências; 2) dentre os 35 pesquisadores mais citados, o livro de autoria de Lopes, Eliane M. T., Faria Filho, Luciano M. e Veiga, Cynthia G. foi o mais citado, ocupando a quinta colocação; 3) do total de autores que fundamentam os artigos publicados, 32 podem ser considerados pesquisadores específicos da área de História da Educação: Analete Regina Schelbauer; Antonio Viñao Frago; Boris Fausto; Carlos Monarcha; Carlota Boto; Cynthia Greive Veiga; Décio Gatti Jr.; Denice Bárbara Catani; Dermeval Saviani; Diana Gonçalves Vidal; Eliane M. T. Lopes; Elomar Antonio Callegaro Tambara; Ester Buffa; Fátima Rosa Souza; Maria de Lourdes de A. Fávero; Joaquim Pintassilgo; Jorge Nagle; José Carlos S. Araújo; José Gonçalves Gondra; Luciano Mendes Faria Filho; Lúcio Kreutz; Luiz Antônio Cunha; Marcus Levy Albino Bencosta; Maria Helena Câmara Bastos; Maria Lúcia Spedo Hilsdorf; Maria Stephanou; Marta Maria Chagas de Carvalho; Mirian Jorge Warde; Otaíza de Oliveira Romanelli; Primitivo Moacyr; Maria Luiza Santos Ribeiro; e Terciane Ângela Luchese; 4) dos 35 autores que fundamentam os artigos

publicados, dois são utilizados para fundamentar artigos que tratam de questões sobre a cultura escolar: André Chervel e Dominique Julia; 5) dos 35 autores que fundamentam os artigos publicados, quatro são utilizados para fundamentar artigos que tratam de questões sobre análise de conteúdo e análise de discurso: Michel de Certeau; Michel Foucault; Pierre Bourdieu; e Roger Chartier; 6) os 3 pesquisadores mais citados são: Marta Maria Chagas de Carvalho, que trata, especificamente, da cultura escolar; Luciano Mendes Faria Filho, que aborda a cultura escolar e os intelectuais e educação no Brasil; e Fátima Rosa Souza, que estuda sobre a cultura escolar.

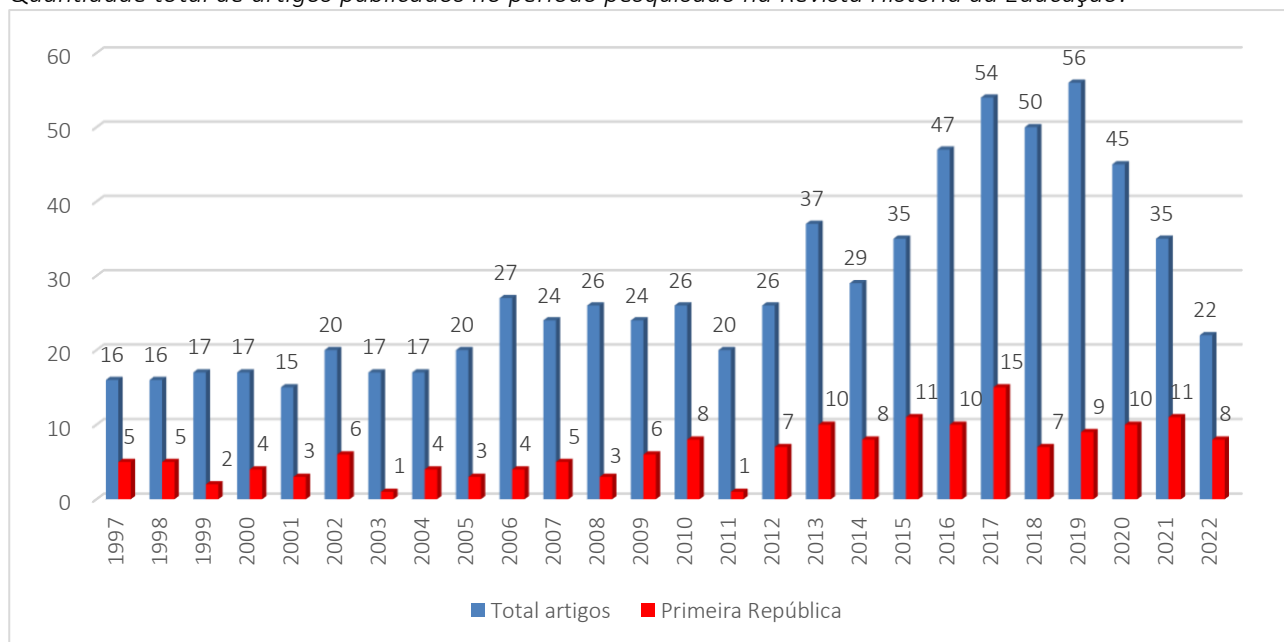
A partir deste momento realizaremos a análise específica de cada periódico pesquisado.

### Análise dos dados da Revista História da Educação

O periódico *Revista História da Educação* é mantido pela Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (Asphe/RS), com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sua finalidade é disseminar conhecimentos relacionados à área de História e Historiografia da Educação. É publicado no Brasil desde 1997, com periodicidade quadrimestral. A partir de 2019, passou a ser de fluxo contínuo. Na avaliação 2017-2020 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi classificado como A1. No período delimitado para as buscas no periódico, foram publicados 738 artigos; destes, 166 versam sobre educação na Primeira República, o que representa uma média de 28 artigos publicados por ano, além da média de 6 artigos sobre educação na Primeira República.

**Figura 3**

*Quantidade total de artigos publicados no período pesquisado na Revista História da Educação.*



Fonte: Elaborada pelos autores.

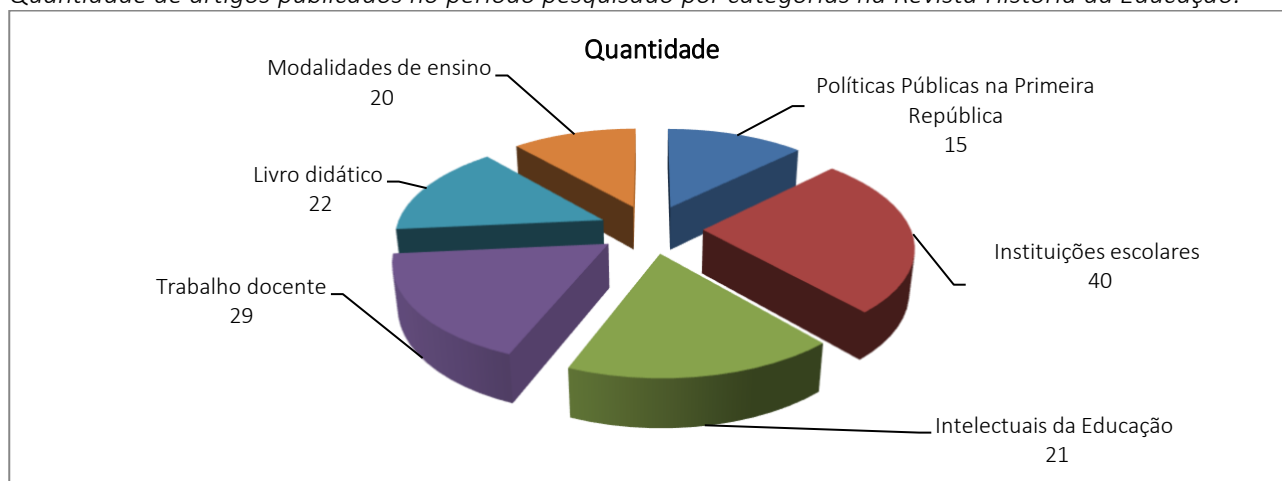
Pela análise da Figura 3 é possível observar que, proporcionalmente, os anos com mais publicações de textos sobre a Primeira República foram os seguintes: 2022 (36,36%), 1997 (31,25%), 1998 (31,25%), 2010 (30,77%) e 2002 (30%).

Em relação à taxa de crescimento das publicações de artigos sobre educação na Primeira República, os anos com maior crescimento foram: 2011-2012 (85,71%), 2008-2009 (50%), 2001-2002 (50%), 1999-2000 (50%) e 2016-2017 (33,33%). Por outro lado, nos anos de 2003-2002 (-5000%), 2018-2017 (-114,28%) e 2008-2007 (-66,67%), houve um decréscimo nas publicações.

De forma geral, é possível constatar um crescimento contínuo dos trabalhos sobre História da Educação publicados nos periódicos pesquisados, ao evidenciar uma grande descontinuidade entre os trabalhos sobre educação na Primeira República.

**Figura 4**

*Quantidade de artigos publicados no período pesquisado por categorias na Revista História da Educação.*



Fonte: Elaborada pelos autores.

Pela análise da Figura 4 é possível observar que as categorias mais discutidas pelos artigos selecionados foram: 'Instituições escolares', com 24,1% dos artigos, seguida de 'Trabalho docente' e 'Intelectuais da Educação', respectivamente com 17,47% e 12,65% do total de artigos publicados.

A Tabela 4 apresenta os 7 pesquisadores com maior número de publicações sobre educação na Primeira República no periódico examinado e no período considerado.

**Tabela 4**

*Autores que mais publicaram no período considerado na Revista História da Educação.*

AUTORES	QUANTIDADE	IES
Carlos Henrique de Carvalho	5	UFU
Elomar Antonio Callegado Tambara	5	UFPEl
Lúcio Kreutz	5	UCS
Flávia Obino Corrêa Werle	4	UNISINOS
Giana Lange do Amaral	4	UFPEl
Wenceslau Gonçalves Neto	4	UFU
André Luiz Paulilo	3	UNICAMP

Fonte: Elaborada pelos autores.

Dos 7 pesquisadores que mais publicaram no periódico e no período examinado, temos 5 de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas (3 federais e 1 estadual) e duas privadas, sendo 5 pesquisadores pertencentes às IES localizadas na região Sul (Rio Grande do Sul) e 2 na região Sudeste (São Paulo e Minas Gerais).

Na Tabela 5 apresentamos os 20 pesquisadores que foram mais citados nos artigos examinados e no periódico e período estudados.

**Tabela 5**

*Autores que fundamentam os trabalhos pesquisados na Revista História da Educação.*

Autores	Quantidade
Fátima Rosa de Souza	44
Roger Chartier	42
Maria Helena Câmara Bastos	36
Diana Gonçalves Vidal	30
Michel de Certeau	28
Marta Maria Chagas de Carvalho	27
Pierre Bourdieu	27
Antonio Viñao Frago	27
Jorge Nagle	21

António Nóvoa	21
Denice Bárbara Catani	20
Michel Foucault	20
Lúcio Kreutz	20
José Gonçalves Gondra	19
Jacques Le Goff	18
Vera Teresa Valdemarim	17
Dominique Julia	15
Cynthia Greive Veiga	15
Elomar Antonio Callegaro Tambara	14
Luciano Mendes Faria Filho	13

Fonte: Elaborada pelos autores.

Pela análise da Tabela 5 foi possível constatar que os pesquisadores mais citados nos artigos que tratam da temática educação na Primeira República foram Fátima Rosa de Souza, Roger Chartier e Maria Helena Câmara Bastos.

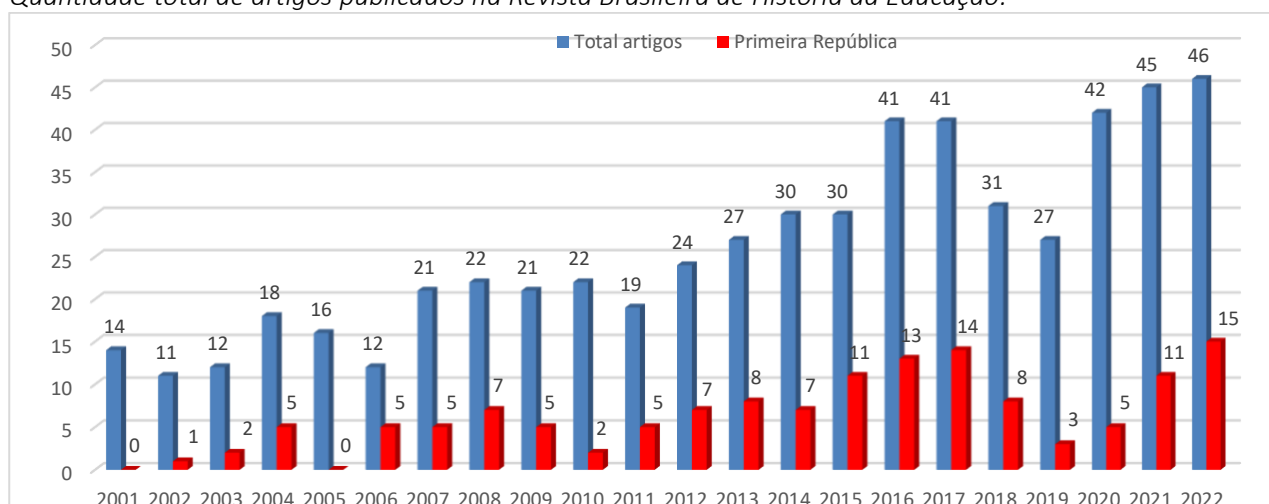
### Análise da Revista Brasileira de História da Educação

O periódico *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE) é uma publicação oficial da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), sediada na Universidade Estadual de Maringá (UEM), e iniciou suas publicações em 2001. Entre 2001 e 2006, as publicações eram semestrais. A partir de 2007 passou a ser exclusivamente digital e, até 2015, passou a ser quadrimestral. Nos anos de 2016 e 2017 foi trimestral e, a partir de 2018, passou a ser de publicação contínua. Na avaliação 2017-2020 da CAPES, foi classificado como A1.

No período delimitado (2001-2022), para as buscas no periódico, foram publicados 572 artigos, sendo 139 sobre a educação na Primeira República, o que representa uma média de 26 artigos publicados por ano; se considerarmos apenas os artigos da Primeira República, temos quase 7 artigos por ano.

**Figura 5**

*Quantidade total de artigos publicados na Revista Brasileira de História da Educação.*



Fonte: Elaborada pelos autores.

Percebe-se, pela Figura 5, que os anos que tiveram, proporcionalmente, uma maior quantidade de trabalhos apresentados sobre o período da Primeira República nos periódicos pesquisados foram: 2006 (41,67%), 2015 (36,67%) e 2017 (34,15%). Os anos com menor percentagem foram: 2001 e 2005 (0%) e 2002 e 2010 (9,09%).

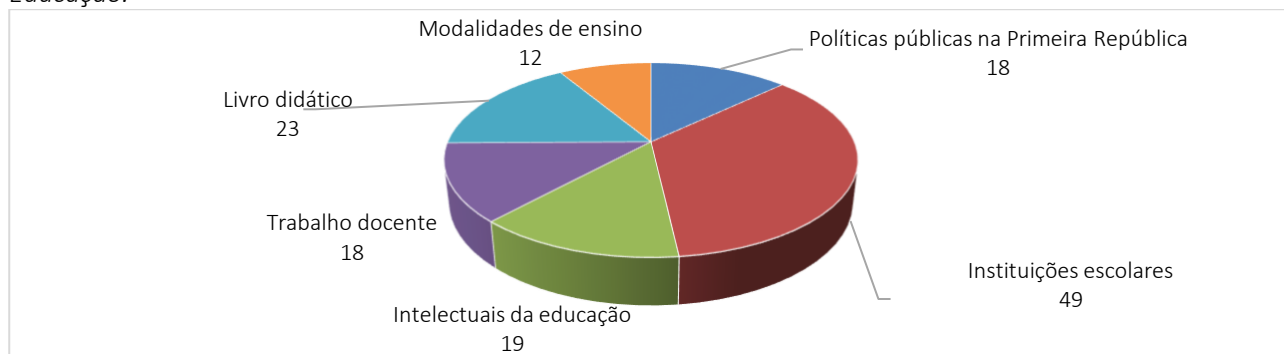
No tocante à taxa de crescimento das publicações de artigos sobre educação na Primeira República, os anos com maior crescimento foram: 2005-2006 (100%), 2020-2021 (54,54) e 2002-2003 (50%). Em

contrapartida, houve um decréscimo de publicações nos anos de 2018-2019 (-166,67%), 2009-2010 (-150%) e 2017-2018 (-75%).

De forma geral, é possível constatar um crescimento contínuo dos trabalhos sobre História da Educação publicados nos periódicos pesquisados, ao demonstrar um certo crescimento em termos absolutos a cada 3 anos – e, depois, uma retração de 1 ou 2 anos na publicação de artigos.

### Figura 6

Quantidade de artigos publicados no período pesquisado por categorias na Revista Brasileira de História da Educação.



Fonte: Elaborada pelos autores.

A Figura 6 revela que ‘Instituições escolares’ (49,35%) é a temática mais citada nos artigos analisados, seguida de ‘Intelectuais da Educação’ (19,14%) e ‘Livro didático’ (16%).

A Tabela 6 apresenta os 9 pesquisadores com maior número de publicações sobre educação na Primeira República no periódico examinado e no período considerado.

### Tabela 6

Autores que mais publicaram no período considerado na Revista Brasileira de História da Educação.

Autores	Quantidade	IES
André Luiz Paulilo	3	UNICAMP
Carlos Eduardo Vieira	3	UFPR
Cynthia Greive Veiga	3	UFMG
Irlen Antônio Gonçalves	3	CEFET-MG
Terciane Ângela Luchese	3	UCS
Alberto Damasceno	2	UFPA
Gilvanice Barbosa da Silva Musial	2	UFBA
Vera Lucia Gaspar da Silva	2	UDESC
Vera Lúcia Nogueira	2	UEMG

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 6 é possível constatar que o pesquisador André Luiz Paulilo também está dentre os pesquisadores que mais publicaram no periódico *História da Educação*.

Dos 9 pesquisadores com mais publicações, 8 são de IES públicas e uma de IES privada (UCS). Dentre as IES públicas, temos 3 IES estaduais (UNICAMP, UDESC e UEMG) e 5 IES federais (UFPR, UFMG, CEFET-MG, UFPA e UFBA). Diferentemente do que ocorreu na análise do periódico *História da Educação*, temos IES das regiões Sul (UCS, UDESC e UFPR), Sudeste (UNICAMP, UFMG, CEFET-MG, UEMG), Nordeste (UFBA) e Norte (UFPA).

Na Tabela 7 apresentamos os 20 pesquisadores que mais foram citados nos artigos examinados.

### Tabela 7

Autores que fundamentam os trabalhos pesquisados na Revista Brasileira de História da Educação.

Autores	Quantidade
Fátima Rosa de Souza	48



Roger Chartier	42
Maria Helena Câmara Bastos	35
Diana Gonçalves Vidal	34
Marta Maria Chagas de Carvalho	34
Pierre Bourdieu	31
Antonio Viñao Frago	31
Michel de Certeau	28
Luciano Mendes Faria Filho	28
Jorge Nagle	25
José Gonçalves Gondra	22
António Nóvoa	21
Michel Foucault	20
Dominique Julia	20
Lúcio Kreutz	20
Cynthia Greive Veiga	19
Denice Bárbara Catani	18
Vera Teresa Valdemarim	18
Jacques Le Goff	15
Elomar Antonio Callegaro Tambara	15

Fonte: Elaborado pelos autores.

Pela análise da Tabela 7 verificamos que os pesquisadores mais citados nos artigos que tratam da temática educação na Primeira República foram Fátima Rosa de Souza, Roger Chartier e Maria Helena Câmara Bastos. A propósito, são também eles os mais citados na *Revista História da Educação*.

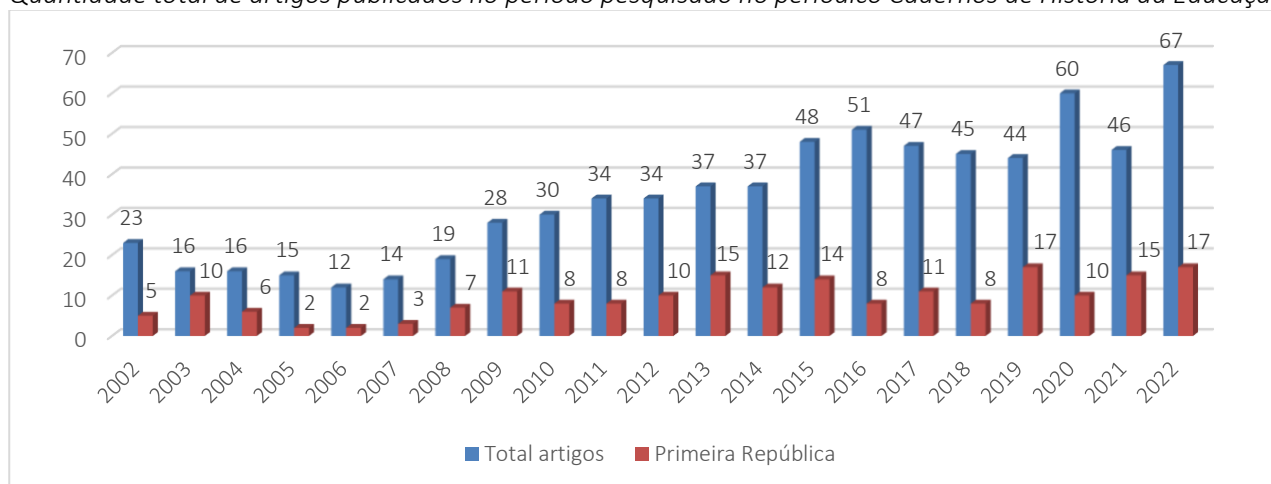
### Análise do periódico *Cadernos de História da Educação*

O periódico *Cadernos de História da Educação* foi classificado na última avaliação Qualis/Capes como A2. É publicado pela Editora da Universidade Federal de Uberlândia. Teve seu início em 2002. No período compreendido entre 2002 e 2008, a periodicidade foi anual; de 2009 a 2014, foi semestral; entre 2015 e 2020, passou a ser quadrimestral; e, a partir de 2020, ficou em fluxo contínuo. O foco da revista está vinculado à área de História da Educação, em especial, temáticas próprias da área, como: História das Instituições Escolares, História das Disciplinas Escolares, História do Pensamento Educacional, Imprensa e História da Educação, Historiografia da Educação, dentre outras.

A Figura 7 mostra a quantidade de trabalhos publicados no periódico *Cadernos de História da Educação* no período de 21 anos em relação à quantidade de artigos que tratam, especificamente, da temática da Primeira República.

**Figura 7**

*Quantidade total de artigos publicados no período pesquisado no periódico Cadernos de História da Educação.*



Fonte: Elaborado pelos autores.

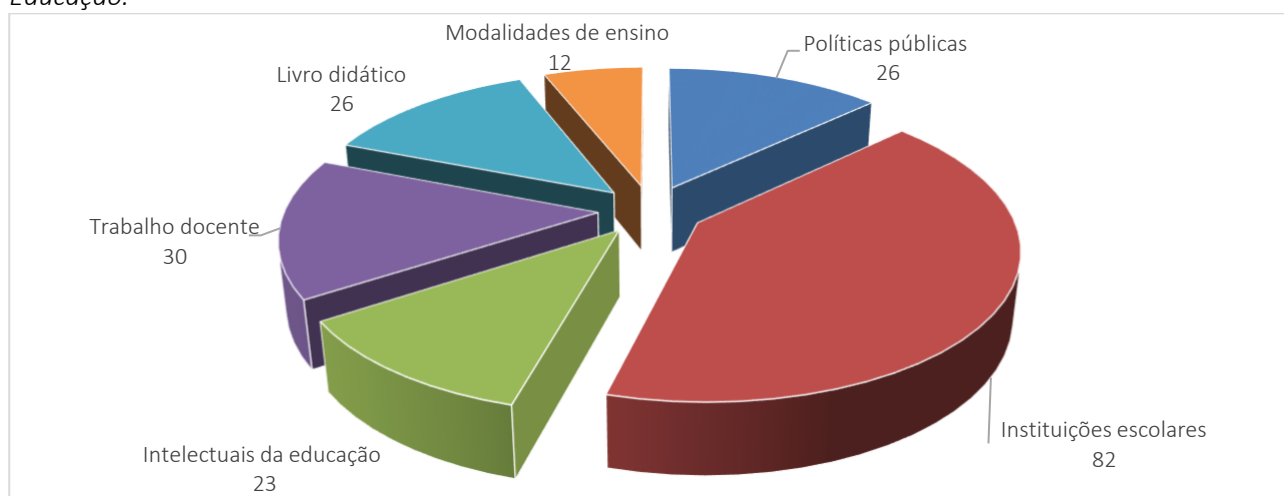
No período delimitado para as buscas no periódico, foram publicados 723 artigos, sendo 199 artigos sobre educação na Primeira República, o que representa uma média de 27,52 artigos do total publicado e 9,48 artigos publicados por ano.

Podemos observar, pela Figura 7, que há um crescimento uniforme na quantidade de artigos publicados por ano, com exceção dos anos de 2002, 2006, 2012, 2017, 2018, 2019 e 2021. Quando nos referimos aos artigos sobre a Primeira República, há uma assimetria entre a quantidade de artigos publicados no período pesquisado. Proporcionalmente, os anos de 2004 (62,5%), 2013 (40,54%) e 2009 (39,28%) foram os anos em que mais se publicaram artigos sobre a Primeira República.

A Figura 8 apresenta as temáticas mais discutidas nos artigos publicados sobre a Primeira República no periódico *Cadernos de História da Educação* entre 2002 e 2022.

**Figura 8**

*Quantidade de artigos publicados no período pesquisado por categorias no periódico Cadernos de História da Educação.*



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Figura 8 é possível observar que as temáticas mais discutidas nos artigos selecionados foram: ‘Instituições escolares’, com 41,21%, seguida de ‘Trabalho docente’ (15,07%) e ‘Políticas Públicas’ e ‘Livro didático’, ambas com 13,06% do total de artigos publicados no período.

A Tabela 8 apresenta os 9 pesquisadores com maior número de publicações sobre educação na Primeira República no periódico examinado e no período considerado.

**Tabela 8**

*Autores que mais publicaram no período considerado no periódico Cadernos de História da Educação.*

Autores	Quantidade	IES
Terciane Ângela Luchese	6	UCS
Wenceslau Gonçalves Neto	5	UFU
Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro	4	UFU
Carlos Henrique de Carvalho	3	UFU
Décio Gatti Júnior	3	UFU
Dóris Bittencourt Almeida	3	UCS
Geisa Magela Veloso	3	UNIMONTES
Giana Lange do Amaral	3	UFPeI
Giseli Cristina do Vale Gatti	3	UFU

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na tabela 8 percebe-se que a pesquisadora que mais publicou foi Terciane Ângela Luchese, da Universidade de Caxias do Sul, seguida do professor Wenceslau Gonçalves Neto, da Universidade Federal de Uberlândia. Dentre os pesquisadores com mais publicações, 5 são provenientes da Universidade Federal de

Uberlândia, responsável pela publicação do periódico. Em termos de organização administrativa, temos duas IES federais, uma estadual e uma privada, o que corresponde a 77,78% dos pesquisadores pertencentes às IES federais e estaduais. É possível também constatar que alguns dos autores que mais publicaram nos periódicos *História da Educação* e *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE) estão dentre os que mais publicaram nesse periódico.

Na Tabela 9 apresentamos os 30 pesquisadores que mais foram citados nos artigos pesquisados no periódico e período estudados.

**Tabela 9**

*Autores que fundamentam os trabalhos pesquisados no periódico Cadernos de História da Educação.*

<b>Autores</b>	<b>Quantidade</b>
Marta Maria Chagas de Carvalho	44
Luciano Mendes Faria Filho	35
Roger Chartier	34
Fátima Rosa de Souza	34
Diana Gonçalves Vidal	28
Dermeval Saviani	23
Eliane M. T. Lopes; Luciano M. Faria Filho; Cynthia G. Veiga	23
Jacques Le Goff	20
Michel Foucault	19
Antonio Viñao Frago	19
Michel de Certeau	18
Jorge Nagle	17
António Nóvoa	17
Fernando de Azevedo	16
Décio Gatti Júnior	16
Justino Magalhães	16
Luiz Antônio Cunha	15
Roger Chartier	15
Carlos Monarcha	15
Cynthia Greive Veiga	15
Denice Bárbara Catani	13
Mirian Jorge Warde	12
José Carlos S. Araujo	11
Ester Buffa	11
CURY, Carlos Roberto Jamil Cury	11
Karl Marx	10
Paulo Krüger Corrêa Mourão	10
Lourenço Filho, Manoel Bergstrom Lourenço Filho	9
Clarice Nunes	9
Giseli Cristina do Vale Gatti	8

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por meio da análise da Tabela 9 verificamos que os pesquisadores mais citados nos artigos que tratam da temática educação na Primeira República foram Marta Maria Chagas de Carvalho, Luciano Mendes Faria Filho e Roger Chartier.

### **Considerações finais**

O mapeamento realizado neste artigo apontou que se trata de uma área que ainda carece de mais pesquisas, apesar de estudos sobre a História da Educação brasileira na Primeira República apresentarem uma razoável participação nos trabalhos publicados nos periódicos e no período examinado.

Podemos perceber que há algumas referências usadas nos três periódicos e outras são mais empregadas em um, e não em outro, talvez em função das linhas teóricas e dos estudos dos autores/pesquisadores.

Pela análise quantitativa foi possível constatar que as quatro categorias mais pesquisadas nos periódicos e no período verificado foram: 'Instituições escolares' (34/52%), 'Trabalho docente' (15,28%), 'Livro didático' (14,68%) e 'Intelectuais da Educação' (14,09%). Por outro lado, verificou-se que as categorias menos estudadas foram: 'Políticas Públicas na Primeira República' (12,90%) e 'Modalidades de Ensino' (8,53%). Portanto, as lacunas identificadas envolvem os estudos que abordam as políticas de formação docente, as políticas educacionais e as reformas educacionais e curriculares da instrução pública na Primeira República. Ademais, os estudos que abarcam as modalidades da instrução pública na primeira república, tais como o ensino primário, o ensino secundário, o ensino rural e o ensino profissionalizante também foram pouco evidenciados.

Há uma certa polarização dos autores que publicam das Universidades que os pesquisadores pertencem e dos autores que fundamentam os artigos. Os três pesquisadores que mais publicaram nos periódicos e no período examinado foram Lúcio Kreutz (UCS), Terciane Ângela Luchese (UCS) e Elomar Antonio Callegado Tambara (UFPel). Esses dados nos permitem depreender uma forte concentração de pesquisadores das regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Pelos autores que publicaram nos periódicos e no período verificado é possível inferir que há uma concentração de pesquisadores e grupos de estudos de poucas Instituições de Ensino Superior (IES) reconhecidas e formadoras de pesquisadores na área de História da Educação: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Concluimos que problemas suscitados no âmbito da História da Educação, como campo da história, contribuem para (re)pensarmos nosso passado, presente e futuro, trazendo-nos uma visão mais ampla e mais crítica do fenômeno educacional. Nesse sentido, esperamos que as reflexões trazidas neste estudo possam ser ampliadas e que as pesquisas sobre a educação brasileira na Primeira República se ampliem em quantidade e qualidade.

## Referências

- André, M. (Org.). (2016). *Práticas inovadoras na formação de professores*. Papirus.
- Antunha, H. C. G. (1973). A educação brasileira no período republicano. Em M. Brejon (Org.), *Estrutura e funcionamento do ensino de 1ª e 2ª graus* (pp. 53-68). Pioneira.
- Apple, M. W. (2006). *Ideologia e currículo* (3.ª ed.). Artmed.
- Araujo, J. C. S., & Gatti Júnior, D. (Org.) (2002). *Novos temas em história da educação brasileira: Instituições escolares e educação na imprensa*. Autores Associados; Uberlândia: EDUFU.
- Bastos, F., & Nardi, R. (Org.). (2008). *Formação de professores e práticas pedagógicas no ensino de ciências: Contribuições da pesquisa na área*. Escrituras.
- Bilhão, I. (2015). Pela educação lutaremos o bom combate: A instrução operária como um campo de disputas entre católicos e anarquistas na primeira república brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, 45 (9), 141-157.
- Bittencourt, C. F. (1993). *Livros didáticos e conhecimento histórico: Uma história do saber escolar* [Tese de Doutorado em História Social]. Universidade de São Paulo.
- Bomeny, H. (2000). *Os intelectuais da educação (descobrimo o Brasil)*. Zahar.
- Cachapuz, A. F. (2003). Do sentido actual da pesquisa em formação de professores de ciências. Em *Anais do Encontro de Pesquisa em Educação em Ciências*, 4. Bauru: Atas.
- Candau, V. M. (2011). *A didática em questão* (32.ª ed.). Vozes.
- Carvalho, M. M. C. (1989). *A escola e a república*. Brasiliense.
- Carvalho, M. M. C. (2003). Reformas da instrução pública. Em E. M. T. Lopes, L. M. Faria Filho, & C. G. Veiga (Orgs.), *500 anos de educação no Brasil* (pp. 225-252) (3.ª ed.). Autêntica.
- Carvalho, M. M. C. (2004). *O manifesto e a liga internacional pela educação nova*. FGV.
- Charlot, Bernard. (2013). *Da relação com o saber às práticas educativas*. Cortez.
- Contreras, J. (2012). *A autonomia de professores* (2.ª ed.). Cortez.
- Cunha, L. A. (2007). *A universidade temporã: O ensino superior da colônia à era Vargas* (3.ª ed.). Editora Unesp.

- Cunha, M. I. (1996). *O bom professor e sua prática* (6.ª ed.). Papyrus.
- Cury, C. E. (2003). O papel dos intelectuais na configuração da brasilidade e das políticas de educação/ cultura nos anos trinta do século XX. *Educação em Foco*, 2 (7), 69- 82.
- Evangelista, M. O., & Moraes, M. C. (2004). *Formação de professores: Perspectivas educacionais e curriculares*. Porto Editora.
- Faria Filho, L. M., & Vidal, D. G. (2000). Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 14, 19-34.
- Faria Filho, L. M., & Vidal, D. G. (2004). A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, 30 (1), 139-159.
- Fausto, B. (1997). *A Revolução de 1930*. Companhia das Letras.
- Fávero, M. L. (2006). A Universidade no Brasil: Das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, 28, 17-36.
- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, 79 (23), 257-272.
- Formosinho, J. (2009). *Formação de professores: Aprendizagem profissional e ação docente*. Porto Editora.
- Franco, M. A. R. S. (2017). *Práticas pedagógicas: Pesquisa e formação*. Loyola.
- Gatti, B. A. (2000). *Formação de professores e carreira: Problemas e movimentos de renovação* (2.ª ed.). Autores Associados.
- Gatti, B. A. (Org.). (2016). *O trabalho docente: Avaliação, valorização, controvérsias*. Autores Associados.
- Gatti Júnior, D. (1998). *Livro didático e ensino de história: Dos anos sessenta aos nossos dias* [Tese de Doutorado em Educação]. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Ghiraldelli Júnior, P. (2015). *História da educação brasileira* (5.ª ed.). Cortez.
- Gil-Pérez, D., Carvalho, A. M. P., & Cachapuz, A. (Org.). (2012). *O ensino de ciências como compromisso científico e social: Caminhos que percorremos*. Cortez.
- Goergen, P. L., & Saviani, D. (Org.). (2000). *Formação de professores: A experiência internacional sob o olhar brasileiro* (2.ª ed.). Autores Associados.
- Goodson, I. F. (2001). *O currículo em mudança: Estudos na construção social do currículo*. Porto Editora.
- Goodson, I. F. (2008). *As políticas de currículo e de escolarização*. Vozes.
- Goodson, I. F. (2013). *Currículo*. Vozes.
- Hallewell, L. (1985). *O livro no Brasil: Sua história*. T. A. Queiroz.
- Imbernón, F. (2012). *Inovar o ensino e a aprendizagem na universidade*. Cortez.
- Libâneo, J. C. (2013). *Didática* (2.ª ed.). Cortez.
- Lombardi, J. C., & Saviani, D. (2007). *Instituições escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados.
- Lopes, A. C., & Macedo, E. (2017). *Teorias de currículo*. Cortez.
- Mainardes, J., & Ball, S. J. (2011). *Políticas educacionais: Questões e dilemas*. Cortez.
- Marin, A. J. (2016). *Didática e trabalho docente* (2.ª ed.). Junqueira & Marin.
- Megid Neto, J. (1999). *Tendências da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Ciências no nível fundamental* [Tese de Doutorado em Educação]. Universidade Estadual de Campinas.
- Megid Neto, J., & Fracalanza, H. (2003). O livro didático de ciências: problemas e soluções. *Ciência & Educação*, 2 (9), 147-157.
- Megid Neto, J., & Carvalho, L. M. (2018). Pesquisas de estado da arte: Fundamentos, características e percursos metodológicos. Em M. L. E. Durán (Org.), *Construcción de problemas de investigación: Diálogos entre el interior y el exterior* (pp. 97-113). Editora da Universidade Pontificia Bolivariana.
- Mendes, C. M. M., & Oliveira, T., & Perin, C. S. B. (2016). Do antisocialismo ao anticapitalismo: Um estudo sobre a Rerum Novarum. *Revista Brasileira de História das Religiões*, 25 (9), 271-304.
- Menezes, L. C. (Org.). (2001). *Formação continuada de professores de ciências no âmbito ibero-americano* (2.ª ed.). Autores Associados.
- Mizukami, M. G. N., & Reali, A. M. M. R. (2002). *Formação de professores: Práticas pedagógicas e escola*. Edufscar.
- Moreira, A. F. B. (2001). *Ênfases e omissões no currículo*. Papyrus.
- Moreira, A. F. B. (2011). *Currículo, cultura e sociedade* (12.ª ed.). Cortez.
- Moreira, A. F. B. (2013). *Currículo: Políticas e práticas*. Papyrus.



- Moreira, A. F. B. (2014). *Currículo e programas no Brasil*. Papirus.
- Moreira, A. F. B. (2015). *Currículo: Questões atuais* (4.ª ed.). Papirus.
- Mussio, S. C. (2020). Reflexões sobre as modalidades de estudo na educação a distância: Benefícios e limitações. *Revista EDaPECI – Educação a Distância e Práticas Educativas Comunicacionais e Interculturais*, 1 (20), 119-129.
- Nagle, J. (2003). *Educação e sociedade na Primeira República*. DP&A.
- Nascimento, M. I. M. (Org.). (2007). *Instituições escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica*. Autores Associados, HISTEDBR, UNISO e UEPG.
- Nogueira, S. M. A. (1999). A descentralização determinada pelo ato adicional de 1834 e suas consequências para o desenvolvimento da educação no império: Uma abordagem. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 22 (7), 65-82.
- Nosella, P., & Buffa, E. (2013). *Instituições escolares: Porque e como pesquisar*. Editora Alínea.
- Nóvoa, A (2002). *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Educa.
- Pacheco, J. A. (2007). *Currículo: Teoria e práxis*. Porto Editora.
- Pacheco, J. A., & Oliveira, M. R. N. S. (2016). *Currículo, didática e formação de professores*. Papirus.
- Perez, D. (2013). Modalidades de educação e trabalho do professor: Do contexto histórico da educação formal aos saberes e práticas contemporâneas da educação não formal. *Revista Contemporânea de Educação*, 16 (8), 1-22.
- Perrenoud, P. (2002). *Dez novas competências para ensinar*. Artmed.
- Perrenoud, P. (2012). *A prática reflexiva no ofício do professor*. Artmed.
- Perrenoud, P. (2013). *Desenvolver competências ou ensinar saberes? Penso*.
- Pimenta, S. G., & Franco, M. A. R. S. (2010). *Didática: Embates contemporâneos*. Loyola.
- Pimenta, S. G. (Org.). (2011). *Didática e formação de professores: Percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal* (6.ª ed.). Cortez.
- Pimenta, S. G. (2012). *O estágio na formação de professores: Unidade, teoria e prática?* (11.ª ed.). Cortez.
- Rego, T. C. (Org.). (2011). *Currículo e política educacional*. Vozes.
- Rego, T. C. (Org.). (2018). *Educadores brasileiros: Ideias e ações de nomes que marcaram a educação nacional*. CVR.
- Ribeiro, M. L. S. (1998). *História da educação brasileira: A organização escolar* (15.ª ed.). Autores Associados.
- Romanowski, J. P., & Ens, R. T. (2006). As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Diálogo Educacional*, 19 (6), 37-50.
- Sacristán, J. G (2000). *O currículo: Uma reflexão sobre a prática* (3.ª ed.). Artmed.
- Salem, S. (2012). *Perfil, evolução e perspectivas da pesquisa em ensino de física no Brasil* [Tese de Doutorado em Ensino de Ciências]. Universidade de São Paulo.
- Salem, S., & Kawamura, M. R. D (2009). Estado da arte dos estados da arte da pesquisa em ensino de física. Em *Anais do Encontro Nacional de Pesquisas em Educação e Ciências* (p. 7). Florianópolis.
- Saviani, D. (2013). *História das ideias pedagógicas no Brasil* (3.ª ed.). Autores Associados.
- Schueler, A. F. M., & Magaldi, A. M. B. M. (2009). Educação escolar na Primeira República: Memória, história e perspectivas de pesquisa. *Tempo*, 26 (13), 32-55.
- Severino, A. J. (1986). *Metodologia do trabalho científico*. Cortez & Moraes.
- Shigunov Neto, A. (2022). *Gênese e desenvolvimento das pesquisas em Educação em Ciências nos programas de pós-graduação da área de Ensino da CAPES: estudo da produção e do perfil profissional e acadêmico* [Tese de Doutorado em Educação]. Universidade Estadual de Campinas.
- Shigunov Neto, A. (2015). *História da educação brasileira: Do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais*. Salta.
- Shigunov Neto, A., Carvalho, M. C. M. P., & Yaegashi, S. F. R. (2022). A formação de professores na pedagogia de Rui Barbosa: Análise das questões educacionais na transição entre o Império e a República Brasileira. *Tendências Pedagógicas*, 39, 152-163.
- Silva, T. T. (2000). *Teorias do currículo: Uma introdução crítica*. Porto Editora.
- Souza, R. F. (2004). *Templos de civilização: A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. Unesp.
- Tardif, M. (2007). *Saberes docentes e formação profissional*. 8. ed. Petrópolis: Vozes.

- Tardif, M., & Lassard, C. (2011). *Ofício de professor: História, perspectivas e desafios internacionais* (2.ª ed.). Vozes.
- Tardif, M., & Lassard, C. (2012). *O trabalho docente: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas* (6.ª ed.). Vozes.
- Veiga, I. P. A. (1996). *Didática: O ensino e suas relações*. Papirus.
- Veiga, I. P. A. (2006). *Lições de didática*. Papirus.
- Vidal, D. G., & Faria Filho, L. M. (2003). História da educação no Brasil: A constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, 45 (23), 37-70.
- Vieira, C. E., Strang, B. L. S., & Osinski, D. R. B. (Orgs.). (2015). *História intelectual e educação: Trajetórias, impressos e eventos*. Paco Editorial.
- Zabalza, M. A. (1998). *A prática educativa: Como ensinar*. Artmed.
- Zabalza, M. A. (2003). *O ensino universitário: Seu cenário e seus protagonistas*. Artmed.
- Zeichner, K. (2013). *Políticas de formação de professores nos Estados Unidos: Como e por que elas afetam vários países no mundo*. Autêntica.
- Zeichner, K., & Diniz-Pereira, J. E. (2017). *A pesquisa na formação e no trabalho docente*. Autêntica.